

## FRONTEIRA ACRE/PERU

### Articulações transfronteiriças para a defesa dos direitos indígenas

Maria Luiza Pinedo Ochoa | Arqueóloga e gestora ambiental, CPI-Acre  
Maria Emilia Coelho | Jornalista e documentarista, CPI-Acre

HÁ MAIS DE UMA DÉCADA, COMUNIDADES INDÍGENAS QUE VIVEM NA FRONTEIRA DO ACRE COM O PERU VÊM DISCUTINDO ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO DOS SEUS TERRITÓRIOS E MODOS DE VIDA, AFETADOS PELA EXPANSÃO DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA E DE EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS, SOMADOS A ILÍCITOS COMO O NARCOTRÁFICO. A SOBREVIVÊNCIA E A AUTODETERMINAÇÃO DESTES POVOS ESTÃO AMEAÇADAS, ESPECIALMENTE AS DOS ISOLADOS.

A fronteira entre o Acre e o Peru é marcada por uma expressiva sociodiversidade nativa. São 33 povos indígenas e seis famílias linguísticas, com uma presença significativa de grupos isolados, além de outras populações tradicionais ribeirinhas. Diversos povos indígenas – como os Huni Kuĩ (Kaxinawá), Ashaninka, Jaminawa (Yaminawa), Madija (Kulina) e Manchineri (Yine) – vivem em ampla mobilidade entre o estado brasileiro do Acre e os departamentos peruanos de Madre de Dios e Ucayali. O trânsito entre as linhas que definem os limites políticos entre os dois países é constante e constitutivo de suas dinâmicas sociofamiliares. Entre os Ashaninka, por exemplo, são intensas as trocas entre as comunidades Apiwtxa (TI Kampa do Rio Amônia, AC), Sawawo Hito 40 e Alto Tamaya-Saweto, no Peru; ou entre a comunidade Dulce Glória, na região do Juruá peruano, e as comunidades na TI Ashaninka/Kaxinawá do Rio Breu, no lado brasileiro.

Segundo fontes oficiais brasileiras e peruanas, nessa região de fronteira vivem cerca de 62.652 mil<sup>1</sup> indígenas. No lado acreano, existem 35 Terras Indígenas e 21 Unidades de Conservação de uso direto (uso sustentável) e indireto (proteção integral), que representam 47,8% do território do estado. Desse total, 19 TIs e seis UCs estão localizadas na zona de fronteira com o Peru, compreendendo um território de 5.327.571 hectares, que contempla uma grande variedade de paisagens e recursos naturais, reconhecida como uma das regiões mais ricas em biodiversidade no mundo.

#### Pressões e Ameaças

Esta ampla e complexa zona transfronteiriça é intensamente afetada por projetos de infraestrutura (construção de hidrelétricas e estradas), pela expansão de atividades econômicas (exploração de petróleo, extração de minério e exploração florestal), pelas atividades ilegais de exploração madeireira e mineração e pelo crescente narcotráfico na fronteira Brasil-Peru, que impõem modificações severas às dinâmicas territoriais dos grupos indígenas da região. Cada vez mais famílias indígenas da Selva Central do Peru ocupam as áreas de floresta da região de Ucayali. Um exemplo é o caso das famílias Ashaninka e Yanasha do Peru que chegaram para viver próximas às aldeias Kaxinawá situadas no lado brasileiro do rio Breu, afluente do rio Juruá.

Em ambos os lados da fronteira internacional, as comunidades indígenas estão alertando aos governos de ambos os países para os impactos acarretados pelas políticas interestatais de integração regional. Acordos bilaterais que visam uma carteira de empreendimentos entre Brasil e Peru são discutidos e firmados sem a participação dos povos e organizações indígenas afetadas. Os governos estão investindo na conexão viária entre os dois países com a promessa de benefícios para a região. Alguns

argumentos, como tirar do isolamento diversos municípios, facilitar o transporte da produção local para outros mercados, entre outros, são usados pelos defensores das obras. Contudo, observa-se ausência de reflexão e debate público sobre os problemas que chegam com as estradas na Amazônia.

A Estrada Interoceânica Sul, que liga o Acre aos departamentos peruanos de Madre de Dios, Cusco e Puno, foi finalizada em 2011. Com a conclusão do trecho peruano, surgiram muitos problemas relativos à concentração fundiária, ao aumento do desmatamento, à migração desordenada, ao tráfico de drogas na tríplice fronteira (Brasil, Bolívia e Peru), além de problemas sociais e de saúde na população. A estrada, que no Brasil conecta com a Estrada do Pacífico, ou BR-317, também desencadeou o planejamento de uma outra via entre os municípios peruanos de *Iñapari* e *Puerto Esperanza*, e que atravessa territórios de índios isolados e o *Parque Nacional Alto Purus*, no Peru, passando próximo dos limites das TIs Cabeceira do Rio Acre e Mamoodate, da Estação Ecológica do Rio Acre, e do Parque Estadual do Chandlles, no Brasil.

Ao longo de duas décadas, outras propostas entraram na pauta dos governos nacionais, regionais e locais para a conexão viária dos dois países. Na fronteira Acre-Ucayali, existem duas propostas para ampliar a integração viária regional – uma rodovia ligando Cruzeiro do Sul, no Brasil, a cidade de Pucallpa, no Peru, e uma ferrovia. Em 2015, foi firmado um memorando de entendimento entre Brasil, China e Peru para a realização de estudos para a construção de uma Conexão Ferroviária Bioceânica, cujo objetivo é possibilitar o embarque de milhões de toneladas de grãos e minérios pelo Pacífico, no Peru. A ferrovia pretende ligar os estados brasileiros do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre, e atravessar Áreas Naturais Protegidas e territórios protegidos de populações indígenas e tradicionais.

Na fronteira Acre-Peru, também existem diversas concessões cedidas às empresas privadas pelos governos dos dois países para a exploração de madeira e de recursos minerais. Os projetos para a exploração de petróleo e gás natural dos governos brasileiro e peruano estão sendo definidos e executados sem qualquer processo de consulta livre, prévia e informada às comunidades locais e às suas organizações, conforme recomenda a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, das quais o Brasil e o Peru são signatários. No Brasil, o processo de prospecção de petróleo e gás na região do Vale do Juruá, na bacia Acre-Madre de Dios, foi suspenso, liminarmente, em 2015, por ordem da Justiça Federal. Os argumentos apresentados colocam que a licitação da Agência Nacional de Petróleo continha irregularidades, dos pontos de vista ambiental e social.

A atividade ilegal madeireira no Peru também representa uma grande ameaça para a sociobiodiversidade da região, promovendo a abertura de estradas que chegam até a linha de fronteira com o Brasil, sem qualquer estudo de impacto e planejamento. As madeiras são enviadas às serrarias na cidade de *Pucallpa* e *Puerto Maldonado*, no Peru e, em seguida, exportadas para países como Estados Unidos. Esta situação vem promovendo uma frente de ocupação madeireira na região de Ucayali e Madre de Dios, que avança sobre os territórios onde habitam povos indígenas e grupos isolados, como as *Reservas Indígenas Mascho-Piro* e *Murunahua* e o *Parque Nacional Alto Purus*.

### **Zona transfronteiriça e debates indígenas sobre problemas e soluções**

Há mais de uma década surgiram iniciativas comunitárias de cooperação e articulação para a troca de experiências sobre gestão territorial e ambiental. Comunidades indígenas localizadas nos limites da fronteira Brasil-Peru começaram a discutir estratégias para proteger seus territórios e as grandes extensões de floresta que existem na região. Em 2005, organizações indígenas e agroextrativistas e da sociedade civil criaram o Grupo de Trabalho para a Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá Brasil-Peru (GTT). Embora tenha sido criado para influenciar as políticas para a região do alto Juruá,

anos depois teve sua atuação ampliada para o alto Acre. Desde então, organizações indígenas e da sociedade civil, e instituições governamentais de ambos os países, vem se mobilizando em espaços de debate sobre os problemas e desafios da região.

Dentre as soluções possíveis, aparecem as cooperações entre comunidades do Brasil e Peru para o monitoramento e a vigilância dos seus territórios, como: a cooperação entre as comunidades indígenas localizadas nas bacias dos rios Juruá, Amônia, Breu e Tamaya, dos povos Ashaninka, Amahuaca, Kaxinawá e Jaminawa, e a cooperação entre os Manchineri da Terra Indígena Mamoadate e os Yine da Comunidade Nativa de Monte Salvado. O debate já contribuiu para mudanças relacionadas ao uso sustentável do território e dos recursos naturais em comunidades indígenas do Peru que trabalhavam associadas à madeireiros. Os intercâmbios também possibilitam a produção de informações sobre a situação dos territórios indígenas, no Brasil e Peru, e sobre os problemas que suas populações estão enfrentando.

As comunidades indígenas exigem cada vez mais a presença dos órgãos governamentais nas áreas da fronteira peruana-brasileira para coibir a exploração ilegal da madeira e o narcotráfico em seus territórios. Lideranças também denunciam os crimes ambientais e contra os direitos humanos que são provocadas por essas atividades ilícitas na região. Em setembro de 2014, na região dos Marcos Internacionais 43 e 44, entre Brasil e Peru, foram assassinados quatro líderes peruanos do povo Ashaninka: Edwin Chota, Leoncio Meléndez, Francisco Pinedo e Jorge Peres. A comitiva da Comunidade Nativa Alto Tamaya-Saweto se deslocava em direção à aldeia Apiwtxa, da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, no Brasil, para se reunir com as lideranças brasileiras e discutir a continuidade das estratégias e ações de vigilância e fiscalização que estavam realizando na fronteira. Há mais de uma década, os quatro líderes lutavam pela titulação do seu território, no Peru, e contra a atuação de madeireiros e narcotraficantes na região.

### **Cooperação para a proteção dos povos isolados**

A discussão sobre as dinâmicas de fronteira desencadeou, nos últimos anos, o debate sobre a situação de vulnerabilidade dos povos indígenas isolados e de recente contato que vivem nesta região e que também sofrem as consequências das invasões dos seus territórios por madeireiros e narcotraficantes. As populações indígenas que vivem próximo às áreas com presença de índios isolados também vêm discutindo sobre como compartilhar seus territórios com esses grupos evitando contato e conflitos. Durante reuniões, oficinas e cursos nas comunidades, os indígenas pensam em suas estratégias de uso e ocupação do território, e também propõem o diálogo com as comunidades não indígenas que vivem no entorno das suas terras indígenas.

A necessidade de informação qualificada sobre os povos isolados e seus territórios, bem como de ações para a sua proteção através do diálogo e do estabelecimento de parcerias entre organizações indígenas e da sociedade civil e instituições governamentais dos dois países, deram origem ao Grupo Técnico de Trabalho para o Monitoramento Georreferenciado de Índios Isolados na região Acre-Peru. Criado em 2012, o grupo busca influenciar sobre as políticas de proteção para povos isolados do Brasil e Peru, através do mapeamento das evidências da presença dos isolados na fronteira Acre-Ucayali-Madre de Dios, do monitoramento das suas ameaças, do intercâmbio de informações, e da análise dos problemas socioambientais da região.

Em 2014, foi assinado um memorando de entendimento para a cooperação interinstitucional entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Ministério de Cultura do Peru para promover atividades e o compartilhamento de experiências e capacidades técnicas para a proteção dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato que vivem na fronteira brasileira-peruana. Um primeiro passo para aproximação entre as instituições indigenistas dos dois países, que ainda precisa ser efetivada com a elaboração em conjunto de um plano de trabalho, sobretudo, para a proteção dos grupos

de isolados Mashco-Piro, que não conhecem as fronteiras nacionais vivendo das atividades de caça e coleta entre os territórios peruano e brasileiro.

Em maio de 2015, a *Plataforma de organizaciones indígenas para la protección de los Pueblos Indígenas en Aislamiento Voluntario y en Contacto Inicial*, do Peru, lançou a proposta de *Corredor Territorial de Pueblos en Aislamiento y Contacto Inicial Pano, Arawak e outros*, localizado nesta região da fronteira entre os departamentos de Madre de Dios, Cusco e Ucayali e o estado do Acre. A proposta de reconhecimento e proteção deste Corredor<sup>ii</sup> é uma iniciativa que vem potencializar a manutenção desses espaços de articulação política e diálogo criados há mais de 10 anos na fronteira Acre-Peru, possibilitando a troca de experiências e informações, e a construção de propostas entre as organizações indígenas, as instituições governamentais e a sociedade civil para a proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato do Brasil e Peru.

### **Urgência de medidas integradas para garantir os direitos indígenas na fronteira**

O esforço coletivo de se pensar as dinâmicas desta região de fronteira em espaços públicos binacionais indica cada vez mais a necessidade de os governos de Brasil e Peru adotarem medidas mais eficazes para garantir a sobrevivência física e cultural e a autodeterminação dos povos indígenas e dos grupos isolados e de recente contato que vivem nesta área amazônica. A articulação e cooperação entre organizações indígenas, indigenistas e ambientalistas, brasileiras e peruanas, pode contribuir para a formulação de políticas locais, frente aos projetos de desenvolvimento e integração regional, e influenciar a opinião pública, as políticas de fronteira e os acordos bilaterais Brasil-Peru.

Em dezembro de 2012, foi criada a Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável (CTDS), uma das seis câmaras do Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Acre (NEDIFAC), do Plano Brasil Fronteira, do Ministério da Integração Nacional. As câmaras são espaços de debate entre sociedade civil e governos para se discutir desenvolvimento e integração transfronteiriça. Hoje, a CTDS precisa ser retomada para a discussão da agenda socioambiental em espaços binacionais e oficiais, pois sua última reunião aconteceu em 2013.

Na região Acre-Madre de Dios-Ucayali, os povos indígenas estão articulados com estratégias transfronteiriças para a proteção dos seus direitos, territórios e modos de vida. Mas o bem viver das populações indígenas e das comunidades locais, e suas boas práticas de gestão territorial e ambiental, dependem de políticas públicas que considerem o indígena como sujeito de proteção e desenvolvimento de seus territórios, e que estejam em consonância com os marcos legais nacionais e convenções internacionais para a garantia dos direitos das populações indígenas e tradicionais. Na fronteira do Brasil com o Peru, suas estratégias e planos de ações devem ter uma abordagem transfronteiriça.

---

<sup>i</sup>Somatório da população indígena no Acre (18.240, fonte Sesai/AC e Governado do Acre, 2013) e nos departamentos peruanos de Madre de Dios e Ucayali. Em 2009, conforme censo do Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI) do Peru, a população indígena Ucayali era de 40.407 indivíduos, e no departamento de Madre de Dios de 4.005.

<sup>ii</sup>Mais informações no Informativo *Dinâmicas Transfronteiriças: Brasil-Peru* (CTI, out.2015)